

O conceito de geração tem múltiplos e polêmicos debates. Algumas referências mais simplistas atribuem a gerações o caráter meramente cronológico ou de uma determinada localidade. Um dos conceitos mais antigos, de Ortega y Gasset nos revela que, “a geração é um compromisso dinâmico entre massa e indivíduo, é o conceito mais importante da história, e, por assim dizer, o vértice sobre o qual esta realiza seus movimentos”¹. Por conseguinte, entendemos que a geração não é uma entidade homogênea e única. Numa mesma geração existem progressistas e conservadores e enquanto conceito dinâmico, há que contemplar as continuidades e rupturas nas posições individuais e coletivas.

Mesmo que cada geração tenha características e marcas próprias, compartilhadas por toda a sociedade, deve-se observar que as gerações não se apresentam sob a determinação de um único grupo, mas sim como referência aos grupos que formam o conjunto social. Essa síntese seria justamente o conteúdo geracional, ou melhor, através do conteúdo geracional determinados fenômenos culturais acabam simbolizando diferentes grupos etários e, como consequência, uma geração inteira. O conteúdo geracional contempla questões como: solidariedade, amizade, união, esperança e rebeldia, que se remetem a um forte símbolo intergeracional.

Cada geração, teria, um sentido próprio decorrente não só das vontades dos indivíduos mas também das influências políticas, econômicas, sociais e culturais. Seriam, então, as mudanças de conteúdo geracional os indicadores de uma passagem de uma geração para outra.

O sociólogo Dirceu Nogueira Magalhães assim conceitua gerações:

“As gerações são mais que coortes demográficas. Envolvem segmentos sociais que comportam relações familiares, relações entre amigos e colegas de trabalho, entre vizinhos,

¹ Texto extraído de Gênese das teorizações sobre a juventude de Elizeu de Oliveira Chaves Júnior.

entre grupos de esportes, artes, cultura e agremiações científicas. Implicam estilos de vida, modos de ser, saber e fazer, valores, idéias, padrões de comportamento, graus de absorção científica e tecnológica. Comporta memória, ciência, lendas, tabus, mitos, totens, referências religiosas e civis.” (2000:37)

O trecho acima nos aproxima de um conceito, no entanto, devem-se acrescentar os diversos níveis de relações produzidas no âmbito social, dentre outros, pelos movimentos sociais e os sujeitos coletivos nas relações intergeracionais. A importância da intergeracionalidade está exatamente no intercâmbio entre grupos etários diferentes e na troca que se estabelece entre as gerações, difusão de saberes, na transmissão da memória sócio-histórica e/ou tradições e passagens de rituais sociais, na perspectiva do fortalecimento dos grupos ou da sociedade.

O que equivale compreender que o processo intergeracional deve requerer o aprendizado realizado em reciprocidade, ou seja, num percurso de mão dupla.

Ao longo da história, as transformações dos modos de produção, particularmente o aprofundamento da individualização provocado pela revolução técnica e informacional, especialmente pelas implicações econômicas, sociais, políticas e ideológicas, tem trazido consequências nas atuais relações, em especial, no que diz respeito à fragmentação, ao individualismo, ao imediatismo. À rapidez e à superficialidade nos mais variados relacionamentos sociais: trabalho, família, educação, religião, cultura, dentre outros.

Essa sociedade do “descartável” tende a segregar pessoas e grupos em “tribos” com dialetos, linguagens e culturas próprias, quase sempre classificadas por faixas etárias, que se fecham para os contatos com as demais gerações. Assim sendo, ampliam-se segmentos e sujeitos sociais excluídos, principalmente os de idade mais avançada. Assim, a memória e a história ficam secundarizadas, com enorme prejuízo cultural para todas as gerações.

A memória de uma sociedade não se faz somente através de depoimentos de seus idosos, mas nos parece ser uma construção dinâmica, intra e intergeracional, espaço de troca de informações, experiências e vivências, de sujeitos históricos, individuais e coletivos de todas as faixas etárias.

Mesmo considerando que cada geração tem seus próprios interesses, há que se levar em conta que o repasse de experiências entre as gerações estabelece um canal de

comunicação que potencializa as trocas, ampliando as possibilidades do exercício da cidadania e da construção de um pacto intergeracional.

Cabe lembrar, que o pacto intergeracional não ocorre sem conflitos. Há, porém uma possibilidade de negociação, de debate e de superação das divergências, rumo a construção de uma sociedade permeada pela solidariedade.

Face ao exposto, fica evidenciada a relevância do tema, ainda mais se levarmos em consideração a fragilidade da produção nacional² sobre as trocas intergeracionais, tanto no que concerne às reflexões teórico-metodológicas, quanto às práticas sociais que congregam gerações.

A intergeracionalidade, uma das temáticas do V Encontro sobre Envelhecimento e Cidadania,³ oportunizará a reflexão e o debate com alunos, profissionais, docentes e o público das diversas gerações mostrando a importância da participação social dos sujeitos sociais e coletivos nos diversos programas e práticas sociais de âmbito nacional, permitindo, também, perceber, especialmente, os processos de exclusão ou de inclusão do idoso, sabendo-se que a conjuntura dos anos 90 e as bases sócio-econômicas atuais, sustentadas por um sistema produtivo que exclui os que não estão diretamente na produção, materializam e reproduzem as relações sociais mais gerais. Primordial destacar seus determinantes nas questões sociais mais amplas, nos direitos sociais e na sobrevivência dos idosos, elementos que afetam as relações familiares mais próximas e demais relacionamentos sociais e nos aspectos da memória, intelectual e afetiva.

Esse evento mostra-se como uma oportunidade em dar visibilidade à diversidade e multiplicidade que esses fatores sociais, aliados à inexistência ou precariedade de políticas públicas, sociais e setoriais determinam e/ou agravam a problemática não só do idoso, mas dos cidadãos das demais faixas etárias e comprometem a qualidade da existência de toda a sociedade. Assim o Encontro traz possibilidades de reflexão, debate e articulação entre os pontos até aqui destacados, diretamente relacionados à questão da intergeracionalidade, memória social e cidadania sob a perspectiva sócio-política de participação social, organização, ação e defesa de direitos sociais dos cidadãos no enfrentamento de sua

² A Bibliografia nacional disponível é muito tímida, se compararmos com a dos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental.

³ Realizado de 10 a 12 de dezembro de 2002 no Campus da UFF do Gragoatá.

realidades individuais e/ou coletivas, rumo a uma sociedade mais solidária e justa para todas as gerações.

Mesmo sendo relevante e urgente, reiteramos ser a intergeracionalidade um tema pouco explorado no Brasil. A precariedade do conhecimento teórico nesta matéria se contrapõe à constatação do envelhecimento demográfico, fenômeno cada vez mais visível na sociedade brasileira. Mesmo nos países em que diversas gerações já convivem no mesmo tempo histórico, percebe-se um escasso referencial teórico. No Brasil, o tema ainda está engatinhando, tanto ao nível teórico quanto ao nível das práticas sociais e políticas. As iniciativas de experiências ainda não são suficientes para provocar uma discussão alargada, que permita delinear políticas sociais que contemplem esta temática.

As leis brasileiras, desde a Constituição de 1988 até a Lei 4482 de 1994, que implanta a Política Nacional do Idoso, definem serem a família, a comunidade e o Estado os responsáveis pelo bem-estar da população idosa. Na verdade, na sociedade brasileira, são as famílias as principais provedoras de cuidados e de assistência aos seus membros. É, pois, no espaço familiar que se definem as formas de atendimento a seus integrantes, fato ainda mais evidenciado no mundo globalizado, sob a égide do modelo neoliberal.

Na sociedade contemporânea marcada pelo individualismo e imediatismo, a possibilidade de uma solidariedade intergeracional parece utópica. Mas a precarização do trabalho, as crises familiares, as dificuldades encontradas pelos jovens na inserção no mercado produtivo nos fazem repensar numa alternativa ao modelo da família nuclear. É cada vez mais relevante a participação dos idosos na vida econômica das famílias, muitas vezes sendo os principais provedores.

Não menos relevante é a participação das mulheres idosas que assumem o cargo de cuidar da família ampliada, para liberar aqueles que buscam trabalhar para colaborar no sustento da família.

Os dados do IBGE e do IPEA⁴ revelam que em 1998, apenas 7,9% da população brasileira tinha 60 anos ou mais, 23,2% do total das famílias brasileiras e 22,5% dos domicílios tinham pelo menos uma pessoa naquela faixa etária. As famílias com idosos apresentam uma estrutura bastante diferenciada daquelas que não os têm, tal como

⁴ Dados extraídos do Documento apresentado pelo Brasil na Conferência Mundial sobre Envelhecimento em fevereiro de 2002.

esperado. São famílias menores, em etapas do ciclo vital mais avançado. O número médio de filhos residindo nos arranjos familiares com idosos é menor e a própria estrutura etária destas famílias é mais avançada (chefes de família com idosos, em média de 66 anos, em comparação com chefes de família sem idosos, com 39 anos). Apresenta maior participação de mulheres na condição de chefes de família (35,2% contra 23,1% nas famílias sem idosos).

O IBGE revela, também, que as famílias brasileiras em que constam idosos, apresentam melhores condições econômicas do que as demais: são relativamente menos pobres e seus membros dependem em menor grau da renda do chefe de família. Isso se deve, em grande medida, aos tipos de arranjos internos e às etapas do ciclo familiar, que estabelecem diferentes relações de dependência econômica entre os membros das famílias, bem como à universalização dos benefícios da Seguridade Social, que garantiu, na Constituição de 1988, com a forte participação do movimento social dos idosos e dos aposentados, um salário mínimo para os benefícios previdenciários. Em muitos casos, as aposentadoria e pensões constituem-se nas únicas fontes de renda das famílias em que convivem diversas gerações.

Uma outra maneira de avaliar o papel que os idosos vêm assumindo em termos de apoio às famílias de que fazem parte é por meio da participação da sua renda pessoal na do total familiar. Em 1998, as famílias com idosos, 52,5% da renda familiar provinham da renda pessoal dos idosos. Se o chefe for idoso do sexo masculino, essa proporção aumenta para 66,2% e se a mulher for chefe, a proporção passa para 69,9%. Percebe-se, nestes dados, a enorme participação dos idosos na manutenção da família brasileira.

Mesmo considerando a relevância dos idosos, um projeto de sociedade não pode deixar de contemplar as demandas das múltiplas gerações. Precisamos estabelecer um novo pacto intergeracional e não jogarmos uma geração contra as outras, como tem acontecido nos tempos da sociedade globalizada. Caso emblemático é o da Previdência Social, em que os aposentados e pensionistas, a maioria constituída por idosos, são responsabilizados pelo déficit da seguridade social e pelo aumento pouco expressivo do salário mínimo nos últimos oito anos. Parece que o trabalhador idoso aposentado é um cargo pesado para as novas gerações, não se levando em conta a sua participação na força de trabalho e na contribuição previdenciária que fez no decorrer de sua vida profissional.

A conjuntura dos primeiros anos do terceiro milênio aponta para o aprofundamento do modelo neoliberal, para a mundialização da economia e da intensificação do arsenal tecnológico e das transformações no mundo do trabalho, dentre outras.

Supõe-se que as situações de crise caminhem em um duplo movimento, que implica contradições: a acirrada competitividade no usufruto de bens, direitos sociais e serviços, envolve uma luta entre os gêneros, as classes e as gerações, muitas vezes incentivada pela mídia e por movimentos corporativistas, mais preocupados com o imediatismo e o focalismo das ações.

Por outro lado, à medida que as lutas se fragmentam e buscam responder às demandas mais específicas, as necessidades de resistência e de alianças entre os inúmeros segmentos se fazem cada vez mais necessárias. Nesse sentido, o pacto intergeracional torna-se fundamental para o enfrentamento das questões que envolvem toda a sociedade.

Retomando o debate acerca das gerações, percebe-se uma nítida desresponsabilização do Estado quanto aos serviços à população mais vulnerável socialmente, as crianças, os idosos e os portadores de deficiências. A tentativa de responsabilizar a família, em nossa opinião, encobre a diminuição de investimentos públicos em programas sociais, fato confirmado nos oito anos do governo FHC. A delegação de responsabilidades à família e à comunidade, deixam o Estado numa posição de mero coadjuvante das ações sociais.

A construção de uma cultura intergeracional encontra resistências em todas as gerações. Dentre os idosos⁵, percebe-se uma rejeição nos contatos com as gerações mais jovens. Alegam que são vítimas de preconceitos, principalmente dos adolescentes e por isso buscam atividades e amizades dentro de suas próprias faixas etárias. Por outro lado, muitas mulheres dizem que já criaram seus filhos e que há uma tentativa de explorarem sua força de trabalho em atividades domésticas e compromissos como levar os netos para a escola, tomar conta deles enquanto as mães trabalham ou passeiam. Entendem que se houver algum movimento de aproximação com as demais gerações, esse deva partir dos mais jovens, pois os mais velhos são merecedores de respeito.

⁵ Cabe assinalar que estamos falando de uma forma geral, mas entendemos haver idosos buscando essa via da aliança entre as demais gerações.

A tendência dentre os mais jovens⁶ é buscar uma interlocução dentre seus coetâneos, negligenciando os contatos intergeracionais. O estereótipo que constroem da geração dos pais aponta para um padrão conservador, “careta” e autoritário. Quanto aos mais velhos são vistos como repetitivos, chatos e ultrapassados.

Construir uma sociedade que contemple as solidariedades sociais inter e intrageracionais, na esfera privada e pública, é um grande desafio, que encontra potencialidades, mas também limites. Seria prematuro dizer que ocorre uma ruptura de solidariedade intergeracional devido ao isolamento da família nuclear. Registramos, anteriormente, a importância dos idosos no enfrentamento das vicissitudes do mundo contemporâneo, quando a sua condição de provedor se faz presente em 58 % das famílias brasileira em que há idosos. No entanto, existem transformações das redes sociais de suporte na velhice que obrigam a uma reflexão atenta não só sobre a disponibilidade dessas solidariedades, como também a necessidade de medidas que alimentem essas redes de solidariedade. Sem políticas sociais adequadas que contemplem o apoio à família, centrar o discurso na certeza da força da sociedade providência como suplemento da carência da solidariedade estatal, é reduzir e esquecer as transformações que têm ocorrido nas estruturas familiares.

A intergeracionalidade é um conceito que se vive, que se aplica á vida cotidiana. É uma forma de aproximação dentre as gerações para melhor compreender e buscar, solidariamente soluções aos problemas que envolvem todas as faixas etárias.É preciso redescobrir, desenvolver uma cumplicidade, retomar o senso de coletividade, sobrepujando o individualismo.

Através do contato com as gerações mais velhas, os jovens podem buscar uma base afetiva, um aprendizado com a experiência e competência, além de conhecer uma visão de mundo diferente deles. Através das relações com os mais jovens, os idosos retomam o conceito de atualização com as inovações tecnológicas, de se aproximarem do mundo dos mais jovens, trocando emoções, afetos e experiências.

Assim, o idoso ultrapassa o isolamento e valoriza sua auto-estima.E os mais jovens compartilham do mundo com as outras gerações. Mas é preciso lembrar que o processo da

⁶ Uma pesquisa realizada em 2000 por alunos de Pesquisa Social 1 da Escola de Serviço Social da UFRJ mostrou como os jovens percebem as relações com as demais faixas etárias.

intergeracionalidade é multidirecionado e multifacetado, envolvendo não só as vontades individuais, mas políticas sociais e culturais que permitam com que ela não seja só uma utopia ou uma palavra de moda, mas que se viabilize em ações concretas.

BIBLIOGRAFIA

CHAVES JÚNIOR, Eliseu de Oliveira. Políticas de Juventude. 2002, acessível pelo site
<http://www.bireme.br/bvs/adolesc/P/cadernos/capitulo/cap03/cap03.htm>.

COMITÊ BRASILEIRO DA II ASSEMBLÉIA MUNDIAL DO ENVELHECIMENTO
Relatório Nacional Brasileiro Sobre O Envelhecimento da População Brasileira.
Madri 2002.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. O Anel Mágico: O Repasse entre as gerações. 2000, Rio de Janeiro, Razão Cultural.